



Câmara Municipal de Peabiru

Estado do Paraná

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 09/2025

Altera dispositivos da Lei nº 504, de 29 de dezembro de 2005, que instituiu no Município de Peabiru a Contribuição para Custeio do serviço de Iluminação Pública, prevista no artigo 149-A da Constituição Federal

Art. 1º Altera a redação do art. 1º da Lei nº 504/2005, de 29 de dezembro de 2005, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica instituída no Município de Peabiru a Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública – CIP e de sistemas de monitoramento para segurança e preservação dos logradouros públicos, previstos no artigo 149-A da Constituição Federal, destinada a cobrir despesas com a energia elétrica consumida e com a operação, manutenção, efficientização, ampliação do serviço de Iluminação Pública e sistemas de monitoramento para segurança e preservação dos logradouros públicos do Município.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Plenário Jurceu Sakuma, 15 de agosto de 2025.

Lucas Manoel Prudencio de Brito
VEREADOR



Câmara Municipal de Peabiru

Estado do Paraná

MENSAGEM Nº 02/2025

Nobres pares,

Pela presente mensagem encaminho a essa Casa de Leis o Projeto de Lei Complementar, que tem por objetivo alterar a redação do art. 1º da Lei nº 504/2005, de 29 de dezembro de 2005, visando adequar a referida legislação municipal com a legislação federal, notadamente à nova redação dada pelo art. 149-A Emenda Constitucional nº 132, de 20 de dezembro de 2023.

A mencionada Emenda Constitucional incluiu a possibilidade de custear as despesas com sistemas de monitoramento para segurança e preservação dos logradouros públicos, com os recursos provenientes da Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública – CIP.

A nossa legislação municipal já atendia o previsto no artigo 149-A da Constituição Federal, no entanto o referido dispositivo da Constituição Federal foi alterado e tal alteração não foi efetuada na legislação municipal, ficando desde então em desacordo com a nova redação constitucional, razão pela qual agora buscamos tal adequação.

Importante registrar o Acórdão nº 1791/15 – Tribunal Pleno do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, onde menciona que “o sistema de geração fotovoltaica se encaixa no conceito de serviço de melhoramento, modernização e aprimoramento da eficiência da rede de iluminação pública”.

Ante o exposto, contamos com a aprovação do Projeto de Lei ora apresentado.

Lucas Manoel Prudencio de Brito
VEREADOR